



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO  
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Marco Antonio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Arara, Areial, Aroeiras, Assunção, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Campina Grande, Caturité, Esperança, Fagundes, Gado Bravo, Itatuba, Juazeirinho, Juarez Távora, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Natuba, Olivedos, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Remígio, Santa Cecília, São Domingos do Cariri, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Soledade e Umbuzeiro
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11.06.1992
Data de instalação	30.04.1993
Data da última correição	04 a 11.05.2017
Período de correição	19 a 22.02.2018

Aos 19 de fevereiro de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande relativos ao período de 04.05.2017 a 18.02.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 004/2018 publicado



no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Ex<sup>ma</sup> Sra. Juíza Titular da Vara, Nayara Queiroz Mota de Sousa, pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Substituto Fixo, Paulo Nunes de Oliveira, pela Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de 1º.04.2017 a 31.01.2018 (10 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Nayara Queiroz Mota de Sousa	14.04.2014 – ATO TRT GP Nº 147/2014

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Capacitação	Protocolo TRT Nº 6464/2017	31.05.2017 a 02.06.2017	3
Capacitação	Ato TRT SCR Nº 60/2017	19.06.2017 a 22.06.2017	4
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	10.07.2017 a 08.08.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 20640/2016	14.08.2017 a 14.12.2017	123

#### 1.1.2 Magistrado Substituto fixo

Juiz Substituto fixo	Fixação na Unidade
Paulo Nunes de Oliveira	25.04.2008 – ATO TRT GP Nº 095/2008

**1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Substituto fixo** (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Licença médica	Protocolo TRT Nº 5163/2017	07.04.2017 a 07.04.2017	1
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	19.04.2017 a 15.05.2017	30
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	19.05.2017 a 17.06.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 10981/2017	27.07.2017 a 27.07.2017	1
Licença médica	Protocolo TRT Nº 12878/2017	05.09.2017 a 12.09.2017	8
Licença médica	Protocolo TRT Nº 13085/2017	13.09.2017 a 15.09.2017	2
Capacitação	Protocolo TRT Nº 13200/2017	28.09.2017 a 29.09.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14183/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	1
Licença médica	Protocolo TRT Nº 15985/2017	30.10.2017 a 12.11.2017	14
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	10.01.2018 a 31.01.2018*	22

\* período integral de férias: 10.01.2018 a 08.02.2018

**1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos**

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

**1.3 Servidores lotados na Unidade** (Fonte: CAPPE)

A 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes	Técnico Judiciário – Diretora de Secretaria	22.04.2014
Alessandra Duarte Pinto de Sousa	Requisitada – Assistente III	04.11.2004
Anísio Campos Neto	Técnico Judiciário	12.01.2015
Carlos José dos Santos	Técnico Judiciário – Assistente IV	28.04.1993
Claudiane Pereira Pena	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	30.04.2014
Ellen White Alves Oliveira	Técnico Judiciário – Assistente IV	23.09.1992
Fernanda Farias Wanderley	Técnico Judiciário – Assistente IV	02.01.2014
Jackson da Silva Nascimento	Técnico Judiciário – Assistente III	06.02.2017
Lúcia de Fátima Campos	Técnico Judiciário – Assistente II	12.12.1990
Luciana Maria Barbosa Gusmão	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	11.07.2012
Marcelo Cavalcante Arruda	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	28.04.1993
Normando Primo Bitu	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	04.02.1999
Sandra Maria Silva França Feitosa	Técnico Judiciário – Assistente IV	17.12.2012



Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho o seguinte: no Sistema SUAP, os processos ficam sob a responsabilidade de uma única servidora. Em relação ao Sistema Pje-JT, os processos de audiência, liquidação e do gabinete são de responsabilidade de dois servidores em cada setor, os demais processos são divididos por faixa processual.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

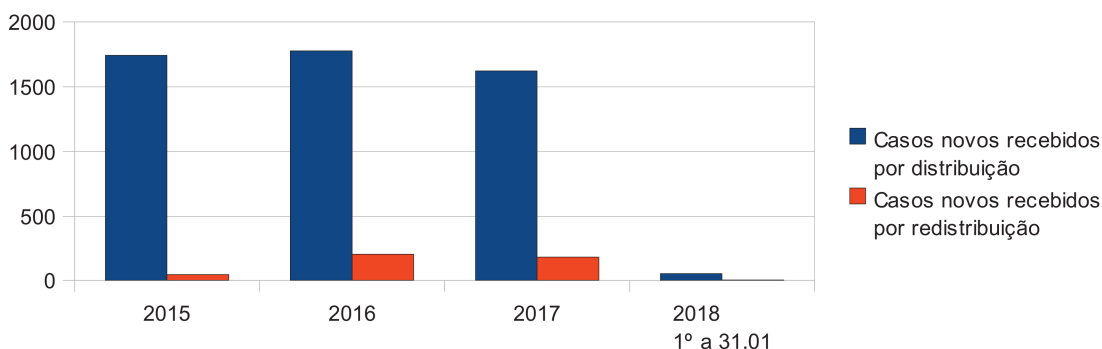
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em **31.01.2018**, um acervo processual de **2.904** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.645
Fase de liquidação	167
Fase de execução	1.055
Cartas precatórias e de ordem	37

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 1º a 31.01
Casos novos recebidos por distribuição	1.741	1.776	1.622	51
Casos novos recebidos por redistribuição	42	208	186	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.783</b>	<b>1.984</b>	<b>1.808</b>	<b>52</b>





Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **515**; em 2016, **433**; em 2017, **445** e até 31.01.2018, **30** processos.

### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.01
Aguardando a 1ª sessão de audiência	269	270	215	217
Aguardando o encerramento da instrução	400	308	247	248
Aguardando a prolação de sentença	162	103	182	170
<b>Total</b>	<b>831</b>	<b>681</b>	<b>644</b>	<b>635</b>

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.01	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	1.846	1.924	1.790	1.645	4,22%	-6,96%	-8,10%
Fase de liquidação	120	124	152	167	3,33%	22,58%	9,80%
Fase de execução	827	1.070	1.077	1.055	29,38%	0,65%	-2,04%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.



Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

#### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda-feira a quinta-feira e, excepcionalmente, às sextas-feiras.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

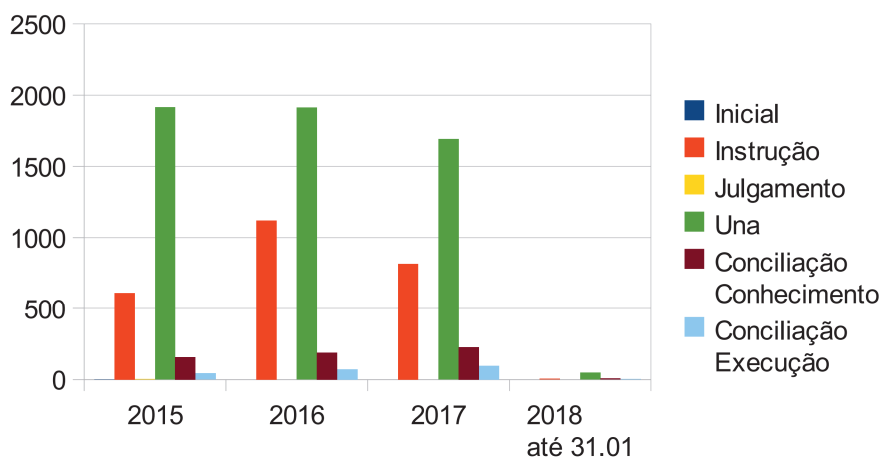
<b>Rito Sumaríssimo</b>	09.04.2017	RTSum 0000100-13.2018.5.13.0009
<b>Rito Ordinário</b>	03.04.2018	RTOrd 0000098-43.2018.5.13.0009
<b>Audiência de Instrução</b>	11.04.2018	RTOrd 0001235-94.2017.5.13.0009

#### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

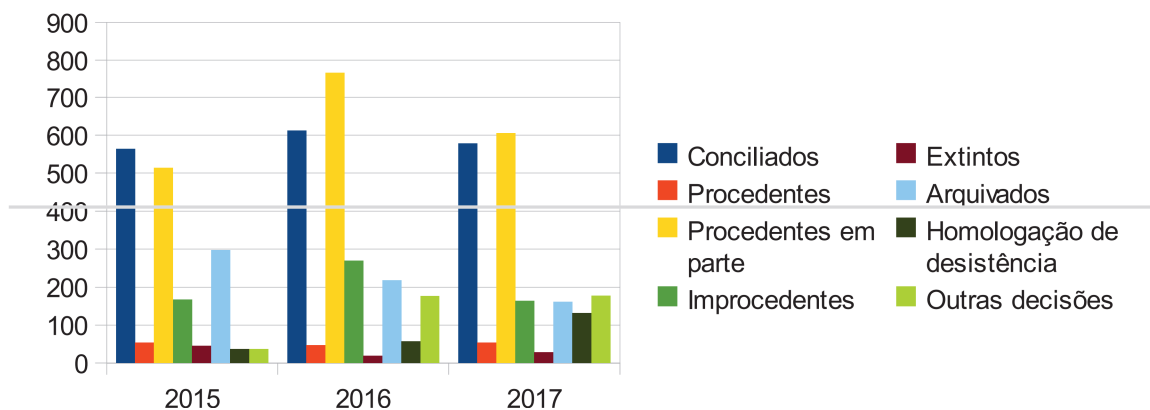
#### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.01
Inicial	1	-	-	-
Instrução	613	1.121	817	5
Julgamento	4	-	-	-
Una	1.916	1.912	1.693	48
Conciliação Conhecimento	156	189	226	8
Conciliação Execução	43	73	97	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.733</b>	<b>3.295</b>	<b>2.833</b>	<b>64</b>



### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

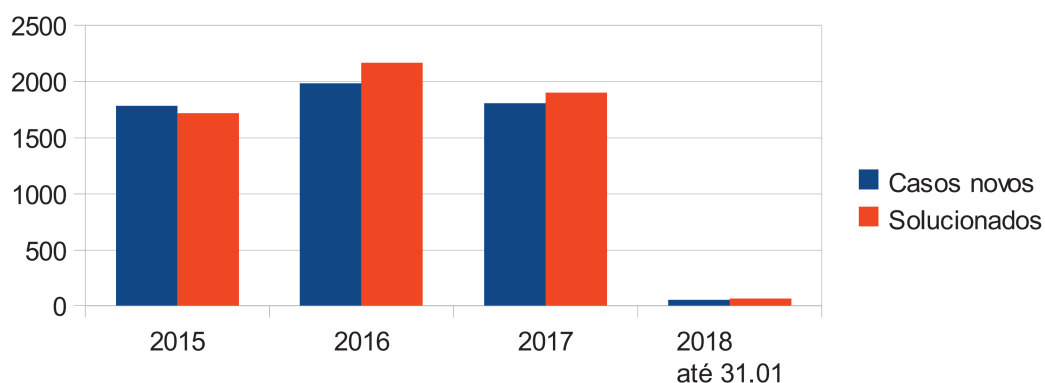
Item	2015	2016	2017
Conciliados	564	612	578
Procedentes	54	47	54
Procedentes em parte	514	767	605
Improcedentes	167	270	164
Extintos	45	19	29
Arquivados	298	218	161
Homologação de desistência	37	57	132
Outras decisões	37	176	178
<b>TOTAL</b>	<b>1.716</b>	<b>2.166</b>	<b>1.901</b>





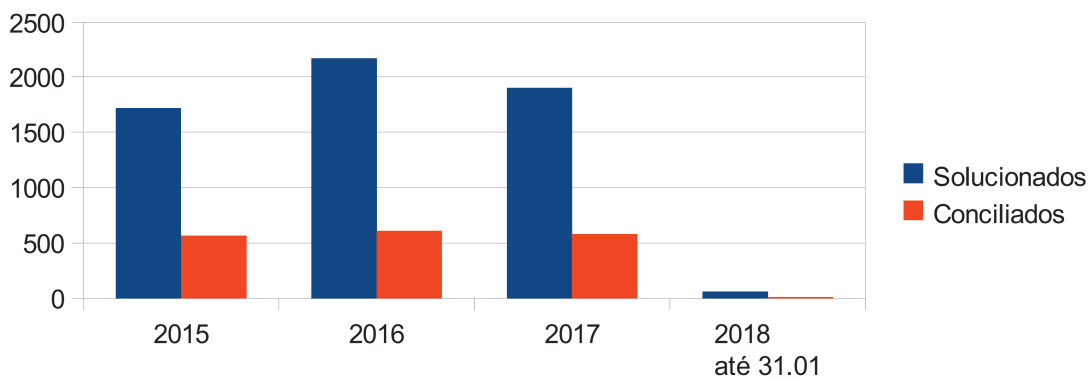
### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.01
Casos novos	1.783	1.984	1.808	52
Solucionados	1.716	2.166	1.901	62
<b>Percentual</b>	<b>96,24%</b>	<b>109,17%</b>	<b>105,14%</b>	<b>119,23%</b>



### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.01
Solucionados	1.716	2.166	1.901	62
Conciliados	564	612	578	13
<b>Percentual</b>	<b>32,86%</b>	<b>28,25%</b>	<b>30,40%</b>	<b>20,96%</b>





**3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados -** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito						Sem exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistências/ Outras decisões	
Nayara Queiroz Mota de Sousa	132	10	146	40	1	-	24	5	47	<b>405</b>
Paulo Nunes de Oliveira	183	23	161	44	9	-	63	5	134	<b>622</b>
Adriana Lemes Fernandes Maracajá Coutinho	2	2	8	5	-	-	2	-	-	<b>19</b>
Albérico Viana Bezerra	5	-	1	-	-	-	2	-	16	<b>24</b>
Ana Paula Cabral Campos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>2</b>
José Artur da Silva Torres	1	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Marcelo Wanderley Maia Paiva	3	-	5	3	-	-	2	2	-	<b>15</b>
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	119	3	128	36	-	-	29	6	54	<b>375</b>
Sérgio Cabral dos Reis	1	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>

No período correicionado, a Juíza Titular laborou **146** dias, perfazendo uma média de produção de **2,77** processos/dia. O Juiz substituto fixo laborou **196** dias, com média de produção de **3,17** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

**3.3.1 Incidentes julgados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Nayara Queiroz Mota de Sousa	43	32	12	35	-	1	<b>123</b>
Paulo Nunes de Oliveira	57	26	15	33	-	6	<b>137</b>
Adriana Lemes F. Maracajá Coutinho	7	-	-	1	-	-	<b>8</b>
Albérico Viana Bezerra	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	51	24	8	16	-	3	<b>102</b>

**3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

<b>NAYARA QUEIROZ MOTA DE SOUSA</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		105	
	Julgamento		-	
	Una		384	
	<b>Total</b>		<b>489</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		48
		Fase de execução		25
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>562</b>	



### 3.3.3 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>PAULO NUNES DE OLIVEIRA</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		346	
	Julgamento		-	
	Una		599	
	<b>Total</b>		<b>945</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		69
		Fase de execução		39
	<b>Total de audiências realizadas</b>			<b>1.053</b>

### 3.4 Índice de congestionamento

#### 3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	1.284	2.072	1.626
Casos novos de conhecimento	1.741	1.776	1.808
Casos pendentes de conhecimento	1.846	898	902
Taxa de congestionamento	<b>64%</b>	<b>23%</b>	<b>40%</b>

#### 3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	353	644	709
Casos novos de execução	319	746	614
Casos pendentes de execução	827	760	696
Taxa de congestionamento	<b>69%</b>	<b>57%</b>	<b>48%</b>



### 3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.01
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	135	173	165	18
	Baixados	162	173	166	13
	<b>Pendentes</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>26</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	114	132	93	7
	Baixados	103	133	90	12
	<b>Pendentes</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>5</b>
<b>Impugnação à sentença de liquidação</b>	Recebidos	39	13	30	4
	Baixados	36	28	22	5
	<b>Pendentes</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	70	69	69	4
	Baixados	77	62	61	15
	<b>Pendentes</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>10</b>
<b>Embargos à adjudicação</b>	Recebidos	-	-	1	-
	Baixados	-	-	-	-
	<b>Pendentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Exceções de pré-executividade</b>	Recebidos	7	12	12	-
	Baixados	4	6	12	-
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

### 3.6 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 31.01.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	42	21	-	-	<b>49</b>
Recurso adesivo	-	-	-	-	<b>5</b>
Agravo de petição	3	3	1	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>56</b>

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

Por outro lado, recomenda análise dos processos com recurso ordinário pendente (relatório Hórus) para identificação de eventuais inconsistências e saneamento.



### 3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.01
Execuções pendentes	624	688	823	798
Execuções iniciadas	320	751	637	51
Recebidos de outros Órgãos	-	2	2	-
Execuções encerradas	252	644	709	65
Remetidos a outros Órgãos	1	1	2	-
Processos arquivados provisoriamente	122	129	188	31
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>688</b>	<b>823</b>	<b>798</b>	<b>799</b>

### 3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.01
Recebidas	83	73	55	5
Devolvidas	81	61	61	7
Pendentes de devolução	39	49	39	37

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	49,48	47,72	44,33
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	52,35	52,29	52,53
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	51,69	49,02	28,92
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	79,62	99,39	75,05
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	100,63	96,09	65,66
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	130,42	140,98	115,07



Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	20,04	36,93	29,04
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	22,9	35,69	40,71
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	102	108,14	74,54
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	135	149,56	129,73

#### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base 2017: **75** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **134** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **122** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), e inferior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **108** dias para o rito sumaríssimo e de **150** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **142** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017	2018 até 31.01
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	34,7	53,57	49,50	52,80
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	44,64	80,33	63,92	42,16

**4.4 FASE DE EXECUÇÃO** (Fonte: e-Gestão)

Do início até o encerramento da execução – ente privado	375,74	419,89	473,97
Do início ao encerramento da execução – ente público	1.183	792,30	1.396,51

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **552** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **549** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **550** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **569** dias para o rito sumaríssimo e **377** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **429** dias para os dois ritos.

**5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES** (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.01.2018
<b>Acordo</b>	SUAP (legado)	393.626,35	-	-	-
	PJe	1.508.604,82	2.168.300,10	5.858.180,32	489.358,07
<b>Espontâneo</b>	SUAP (legado)	986.232,81	222.759,67	90.701,88	9.201,89
	PJe	134.810,15	2.197.528,05	4.295.526,48	1.136.965,89
<b>Execução</b>	SUAP (legado)	1.604.851,82	707.225,84	1.422.957,58	30.244,15
	PJe	28.801,20	452.596,34	2.139.977,45	175.714,17
<b>TOTAL</b>		<b>4.656.927,15</b>	<b>5.748.410,00</b>	<b>13.807.343,71</b>	<b>1.841.484,17</b>

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.01
<b>Custas processuais</b>	SUAP (legado)	111.366,57	4.607,79	2.683,06	98,95
	PJe-JT	15.448,88	40.528,83	132.406,03	16.074,47
<b>Emolumentos</b>	SUAP (legado)	5,53	-	-	-



	PJe-JT	51.609,38	77.932,81	3.481,32	-
<b>Contribuição previdenciária</b>	SUAP (legado)	757.436,00	357.010,40	599.354,14	2.100,06
	PJe-JT	105.807,90	454.483,34	1.283.392,10	98,78
<b>Imposto de renda</b>	SUAP (legado)	499,19	855,95	-	-
	PJe-JT	-	2.299,56	27.660,30	1846,24
<b>TOTAL</b>		<b>1.042.173,45</b>	<b>937.718,68</b>	<b>2.048976,95</b>	<b>190.782,16</b>
<b>Custas processuais dispensadas</b>	SUAP (legado)	26.105,12	5.199,31	17.050,42	-
	PJe-JT	547.961,62	772.224,70	773.211,71	15.781,87
<b>TOTAL</b>		<b>574.066,74</b>	<b>777.424,01</b>	<b>790.262,13</b>	<b>15.781,87</b>

## 6 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

### 6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	248
	PJe	403
	<b>TOTAL</b>	<b>651</b>
INFOJUD	SUAP	431
	PJe	8
	<b>TOTAL</b>	<b>439</b>
RENAJUD	SUAP	208
	PJe	16
	<b>TOTAL</b>	<b>224</b>
BNDT	Processos com registro de dados	621
	Processos com inclusão de devedor	480
	Processos com exclusão de devedor	200
	Processos com devedores inscritos	866
	<b>TOTAL</b>	<b>2.167</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão





Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## **7 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS**

### **7.1 Processos analisados**

Foram analisados **100** processos,, por amostragem no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **04** despachos correicionais no PJe e **08** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

### **7.2 Gestão do Sistema Processual**

#### **7.2.1 Agrupadores:**

A Unidade não apresenta petições em atraso nos agrupadores.

#### **7.2.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:**

<b>Fluxo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Processo mais antigo no fluxo</b>
Análise de Conhecimento	17	Caulnom 0001741-07.2016.5.13.0009 – entrada 06.02.2018
Análise de Liquidação	10	RTOrd 0000171-83.2016.5.13.0009 – entrada 19.02.2018
Análise de Execução	100	RTOrd 0131140-60.2014.5.13.0009 – entrada 07.02.2018

**8 METAS DO CNJ** (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>122%</b>
Unidade Correicionada	<b>125%</b>

<b>Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>127%</b>
Unidade Correicionada	<b>130%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2018** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **51** casos novos (por distribuição) e **61** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **130%**.

<b>Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>99%</b>
Percentual de julgamento calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	<b>99%</b>

<b>Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>52%</b>
Unidade Correicionada	<b>62%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>111%</b>



Unidade Correicionada	<b>199%</b>
-----------------------	-------------

<b>Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>195%</b>
Unidade Correicionada	<b>337%</b>

## **9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017, com vistas ao biênio 2017/2018.

## **10 SISTEMA IGEST**

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande apresentam o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:



TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a Dez/2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Campina Grande - 05a Vara	1501 a 2000	3º	2º	3º	2º	1º	1º
13a - PB -> Campina Grande - 02a Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	2º	2º
13a - PB -> Campina Grande - 06a Vara	1501 a 2000	1º	1º	6º	6º	6º	3º
13a - PB -> Campina Grande - 01a Vara	1501 a 2000	5º	3º	5º	5º	3º	4º
13a - PB -> Campina Grande - 04a Vara	1501 a 2000	4º	5º	1º	4º	5º	5º
13a - PB -> Campina Grande - 03a Vara	1501 a 2000	6º	6º	2º	1º	4º	6º

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1\*):

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Campina Grande - 05a Vara	1501 a 2000	0,2524	0,3825	0,4009	0,3502	0,4666	0,3705	1º
13a - PB -> Campina Grande - 02a Vara	1501 a 2000	0,2468	0,4681	0,4391	0,4868	0,4775	0,4236	2º
13a - PB -> Campina Grande - 06a Vara	1501 a 2000	0,0822	0,0651	0,8678	0,7736	0,5958	0,4769	3º
13a - PB -> Campina Grande - 01a Vara	1501 a 2000	0,5222	0,4321	0,4788	0,5210	0,5075	0,4923	4º
13a - PB -> Campina Grande - 04a Vara	1501 a 2000	0,4700	0,6977	0,3234	0,5047	0,5551	0,5102	5º
13a - PB -> Campina Grande - 03a Vara	1501 a 2000	0,6096	0,8676	0,3331	0,3294	0,5336	0,5347	6º

\* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade

## 11 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

### Aos Juízes:

#### 1 Recomendações gerais:

a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do Pje, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;

b) observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida;

c) adotem a prática de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas de consulta;



- d) mantenham a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.

## **2 Recomendações específicas:**

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) adotem a praxe de fazer constar dos termos de conciliação, conforme o caso, o valor do débito previdenciário, para fins de redução do tempo de duração do processo e observância aos princípios da economia e celeridade processual;
- c) procedam ao **imediate julgamento** daqueles processos que se encontram conclusos para **sentença com prazo vencido**, a exemplo dos processos: 0001287-27.2016.5.13.0009, 0000709-30.2017.5.13.0009, 0000522-56.2016.5.13.0009, 0001136-27.2017.5.13.0009, 0000392-32.2017.5.13.0009, 0001377-35.2016.5.13.0009, 0000971-77.2017.5.13.0009, 0001248-93.2017.5.13.0009, 0000662-41.2017.5.13.0014, 0000758-71.2017.5.13.0009, 0000886-91.2017.5.13.0009, 0000833-13.2017.5.13.0009, 0001108-59.2017.5.13.0009, 0001157-03.2017.5.13.0009, 0001033-72.2017.5.13.0024, 0001187-90.2017.5.13.0024, 0000481-55.2017.5.13.0009, 0130928-05.2015.5.13.0009, 0000999-03.2017.5.13.0023, 0000119-53.2017.5.13.0009, 0000785-



54.2017.5.13.0009, 0000286-70.2017.5.13.0009, 0000012-43.2016.5.13.0009, 0000896-38.2017.5.13.0009, 0130031-11.2014.5.13.0009, 0000143-81.2017.5.13.0009, 0000629-66.2017.5.13.0009, 0131379-82.2015.5.13.0024 e 0000449-50.2017.5.13.0009, 0001003-82.2017.5.13.0009, 0000588-02.2017.5.13.0009, 0001178-76.2017.5.13.0009, 0001071-38.2017.5.13.0007, 0001186-53.2017.5.13.0009, 0001276-61.2017.5.13.0009, 0001118-06.2017.5.13.0009, 0001177-91.2017.5.13.0009, 0000899-90.2017.5.13.0009, 0000856-56.2017.5.13.0009, 0001171-84.2017.5.13.0009, 0000784-69.2017.5.13.0009, 0000952-71.2017.5.13.0009, 0001211-66.2017.5.13.0009.

## À Diretora de Secretaria

### 1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.;

### 2 Recomendações específicas:

RTOrd 0001771-42.2016.5.13.0009. Os assuntos do processo não foram revisados pela Unidade	Incentivar e cobrar da equipe a realização de triagem inicial
RTOrd0130690-83.2015.5.13.0009 Recurso ordinário protocolizado e indicado com tipo de documento como petição	Alterar, quando da protocolização de incidentes processuais como petições inespecíficas, conforme o caso, o tipo de documento para



	recurso ordinário, recurso adesivo, embargos de declaração, embargos à execução, etc.
RTOrd 0000508-38.2017.5.13.0009 Processo de execução previdenciária ainda na fase de conhecimento	Proceder ao imediato impulsionamento do feito à fase de execução, mediante lançamento de movimentação específica
RTOrd 0000114-31.2017.5.13.0009 Por ocasião da prolação de sentença, foram expedidas 06 notificações, para todos os sujeitos do polo ativo e passivo. Existem outros processos de situação similar.	Orientar a equipe a direcionar as notificações apenas a um advogado ou àquele legalmente habilitado a receber notificação
RTOrd 0001233-61.2016.5.13.0009 Processo em caixa incluir no BNDT, não obstante já praticada a tarefa	Impulsionar o feito ao fluxo seguinte
Foram identificados diversos processos paralisados em tarefas intermediárias (preparar comunicação, preparar expediente de secretaria, trânsito em julgado, recebimento de instância superior, registrar pagamentos, encaminhar carta, etc.)	Controlar e dar efetividade à prática dos atos processuais, de forma a manter sem processos essas caixas de tarefas intermediárias

## Aos servidores da Vara:

### 1 Recomendações gerais:

a) realizem a triagem e conferência dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes das petições, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;

### 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional dispensa elogios a toda a equipe pela excelente gestão processual praticada na Unidade.

Destaca o Desembargador Corregedor, com satisfação, que a Unidade correicionada preza pela padronização dos procedimentos, ordenamento dos atos processuais e clareza procedimental, o que facilita sobremaneira a identificação de possíveis equívocos ocorridos nos processos, em respeito às recomendações emanadas da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e deste Regional.



Com igual satisfação, verifica o Corregedor que a Unidade correicionada vem alcançando, de forma expressiva, a Meta 1/2017 do CNJ (**125%**), fato que vem se repetindo neste exercício (**130%**).

Também foi constatada uma significativa redução no quantitativo de processos de execução – de **839** na correição anterior, para **799** no atual período, fato a justificar o atingimento do índice de **199% da** Meta 5/2017 do CNJ.

Observa o Corregedor que, não obstante tenha a Unidade reduzido o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento - de **142** dias em 2016 para **122** dias no exercício de 2017-, encontra-se abaixo da média do Regional (**99** dias).

O índice de conciliação alcançado no período correicionado (**30,58%**) é superior ao registrado na correição passada (**29%**) e na média dos percentuais atingidos por outras unidades do Regional, que oscilam entre 30% e 35%. No entanto, o Corregedor exorta os magistrados e servidores a adotarem medidas mais efetivas no sentido de elevar o percentual de acordos, para assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 3 do CNJ, que se encontra no patamar de **62%**.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece o comprometimento e a qualidade da atividade judicial desempenhada pela equipe da 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande.

## **12 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, oportunidade em que se reuniu com a Magistrada Titular, Juiz Substituto Fixo e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

## **13 AGRADECIMENTOS**

O Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Nayara Queiroz Mota de Sousa, ao Juiz Substituto Permanente, Paulo Nunes de Oliveira, à Diretora de Secretaria, Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes, e aos servidores: Alessandra Duarte Pinto de Sousa, Anísio Campos Neto, Carlos José dos Santos, Claudiane





Pereira Pena, Ellen White Alves Oliveira, Fernanda Farias Wanderley, Jackson da Silva Nascimento, Lúcia de Fátima Campos, Luciana Maria Barbosa Gusmão, Marcelo Cavalcante Arruda, Normando Primo Bitu, Sandra Maria Silva França Feitosa e Sônia Elizabete de Melo pelo tratamento cordial dispensando durante os trabalhos de correição.

#### 14 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2018.

WOLNEY DE  
MACEDO  
CORDEIRO:10314777  
0

Assinado de forma digital por WOLNEY DE  
MACEDO CORDEIRO:103147770  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-JUS  
Institucional - A3, ou=Autoridade Certificadora  
da Justiça - ACJUS v4, ou=TRIBUNAL REGIONAL  
DO TRABALHO 13ª REGIÃO-TRT13,  
ou=MAGISTRADO, cn=WOLNEY DE MACEDO  
CORDEIRO.103147770  
Dados: 2018.02.22 11:42:45 -03'00'

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**  
**Desembargador Corregedor**